

1 **ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO**
2 **MEIO AMBIENTE – COEMA/TO.**

3 Às catorze horas e trinta minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e
4 onze, na Sala de Reunião da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento
5 Sustentável – SEMADES reuniu-se, extraordinariamente, o COEMA/TO. Eu,
6 Ediclea Lopes Araújo, exerci a função de secretária *ad hoc* para redigir a ata
7 (pelo motivo da secretária executiva Marli Santos estar viajando a trabalho). O
8 **presidente Divaldo Rezende** deu boa tarde a todos e após a verificação do
9 quórum declarou aberta a 8ª Reunião Extraordinária do COEMA, em seguida
10 fez a leitura da pauta: 1. Abertura; 2. Ordem do dia: i) Análise do Plano de
11 Aplicação do Fundo Estadual do Meio Ambiente – FUEMA; ii) Análise da
12 minuta de Decreto que dispõe sobre a criação e a implementação das
13 Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN no Estado do Tocantins;
14 iii) Apresentação de parecer da Câmara Técnica de Unidades de Conservação
15 (áreas prioritárias para conservação para a região norte); 3. Palavra Livre; 4.
16 Encerramento. O Presidente disse estar muito satisfeito pela forma como o
17 COEMA funcionou esse ano, tendo realizado sete reuniões, quatro ordinárias e
18 três extraordinárias, com participação efetiva da grande maioria das
19 instituições, com mais de 50% de presença dos conselheiros nas reuniões, 48
20 reuniões das Câmaras Técnicas como um todo, sendo a Câmara de Assuntos
21 Jurídicos com 18 reuniões, a Câmara de Floresta com 4 reuniões, a Câmara de
22 Unidades de Conservação com 5 reuniões, a Câmara de Revisão da
23 Resolução 07 com 17 reuniões e a Câmara de Controle de Poluição Veicular
24 com 4 reuniões. Informou que ocorreu a aprovação de uma série de
25 Resoluções extremamente importantes para o processo e o entendimento do
26 desenvolvimento sustentável no Estado: a questão do desmatamento em
27 assentamentos de reforma agrária, a da criação de unidades de conservação e
28 áreas de priorização, o cadastro de entidades ambientalistas, o licenciamento
29 ambiental da aquicultura, as atividades de silvicultura e outros dois grandes
30 temas que foram apresentados: o PCPV – Plano de Controle da Poluição
31 Veicular e o Programa TO Legal. Informou também que nessa semana ele,
32 Alexandre Tadeu e o Senador Vicentinho protocolaram a proposta do governo
33 do Tocantins quanto ao Cadastro Ambiental Rural - CAR para todo o Estado e
34 todo o contexto de fortalecimento institucional também para as OEMAS - as
35 entidades que compõem o Sistema de Meio Ambiente e os municípios.
36 Segundo ele, foram projetos na ordem de 72 milhões de reais sendo uma
37 contrapartida de 10 milhões de reais. Destacou como outro dado importante a
38 grande mobilização através do PACTO que reduziu em 67% o número de focos
39 de queimadas comparando com os números de 2010. Outro ponto que o
40 Presidente destacou foi a importância de, a partir da próxima reunião do
41 COEMA, de organizar a participação do Tocantins na Rio+20, para ter um
42 grupo de pessoas que irá acompanhar todas as discussões, participar dos
43 debates, para que o Tocantins esteja presente. Na sequência, passou a
44 palavra para o Presidente do Naturatins **Alexandre** que agradeceu e desejou
45 boa tarde a todos e iniciou a apresentação sobre a aplicação dos recursos que
46 foram alocados na conta do Fundo Estadual do Meio ambiente no ano de 2011
47 e do PPA do Naturatins para o ano de 2012 - que contempla também boa parte
48 dos recursos do FUEMA. Informou ainda que o Naturatins está trabalhando um
49 projeto de lei para alterar a Lei nº 2.095 que regulamentou o FUEMA, pois boa
50 parte dos recursos que integram o fundo, provêm de ações do Naturatins, ou
51 através de compensação ambiental, multas ou arrecadação de taxas pelos
52 diversos serviços que o órgão presta em relação ao controle do uso dos
53 recursos naturais, agenda verde, agenda marrom e agenda azul. Explicou que

54 principalmente os recursos originários das taxas são os que viabilizam a
55 atuação do Naturatins já que a receita que é disponibilizada do caixa do
56 tesouro não seria suficiente nem para operar dez dias por mês, disse que em
57 virtude disso é utilizado o recurso proveniente de taxas. O Presidente do
58 Naturatins explicou de forma minuciosa como se deu a criação do FUEMA, a
59 arrecadação e como foi realizada a aplicação dos recursos. O **Presidente**
60 **Divaldo** parabenizou o Naturatins, porque se viu claramente os avanços em
61 termos de volume de trabalho e com uma dificuldade grande com o
62 sucateamento do órgão, sem nenhum investimento há mais de oito anos, e
63 mesmo assim conseguiu os avanços apresentados, num curto espaço de
64 tempo, sendo um ato a ser parabenizado; lembrou que muitas das licenças que
65 foram emitidas são licenças que estavam no órgão há dois, três, quatro anos.
66 Parabenizou novamente o Alexandre e sua equipe (Naturatins) pelo ano e
67 disse que os dados apresentados são dados que precisam ser divulgados.
68 **Alexandre (NATURATINS)** agradeceu e disse que em relação aos elogios fez
69 uma reunião com a equipe na semana passada parabenizando-a pelos
70 resultados obtidos, mas disse também que não está satisfeito, pois o órgão
71 ainda está sucateado e trabalhando da mesma forma, sem nada de diferente
72 ter sido realizado, simplesmente todos se empenharam mais nos trabalhos e
73 fizeram as coisas acontecerem. Segundo ele, as dificuldades ainda são
74 grandes, muitos processos, alguns colocados no chão, o que dificulta a
75 localização e disse que isso ele pretende melhorar. Alexandre prosseguiu com
76 a apresentação do Plano de Aplicação do FUEMA para o ano de 2012,
77 detalhou os valores e o destino de cada montante. Concluiu a apresentação
78 agradecendo a atenção de todos e se disponibilizou para questionamentos. O
79 Conselheiro **José Maria (MPE)** parabenizou o Naturatins e disse que o
80 Ministério Público tem acompanhado os esforços quem vem sendo
81 despendidos pelo órgão para efetuar os trabalhos; perguntou a respeito de
82 alguns licenciamentos, pois notou que as taxas cobradas eram mínimas em
83 relação aos portes dos empreendimentos, o que não pagaria nem as diárias
84 dos técnicos e demais gastos para o deslocamento até outra cidade; disse que
85 o conceito legal de "taxa" é que ela deve ser num valor suficiente para suprir as
86 despesas do ato administrativo, e assim sugeriu a revisão da forma de
87 cobrança, instituindo, em razão da distância de deslocamento, um índice que
88 possa realmente cobrir os custos; segundo ele, seria uma forma de
89 contraprestação pelo serviço público que está sendo feito. **Alexandre**
90 **(NATURATINS)** disse que o problema enfrentado pelo Naturatins é a falta de
91 pessoal qualificado, o que pode estar ocorrendo nos exemplos citados, seja
92 uma avaliação equivocada de quem calculou a taxa, sendo que isso já foi
93 verificado em mais de 200 processos, às vezes encontrados em atividades
94 totalmente semelhantes, valores diferentes. Alexandre frisou que não adiantava
95 capacitar antes de realizar o concurso do quadro geral, pois poderia se perder
96 todo o investimento no pessoal contratado. Disse ainda que a solução
97 encontrada foi dividir os protocolos, sendo um protocolo técnico e outro geral,
98 onde o técnico analisaria a documentação da solicitação de atuação de
99 processo e do cálculo de taxas. O Conselheiro **José Maria (MPE)** fez outra
100 observação com relação à arrecadação das multas, pois, segundo ele, nunca
101 houve um recurso de multas direcionadas ao COEMA para julgamento, pois há
102 muita prescrição das execuções de débitos fiscais; e citou como exemplo
103 Palmas, que tem milhares de execuções fiscais que estão prescrevendo no
104 judiciário. **Alexandre (NATURATINS)** citou o passivo da agenda verde e
105 explicou que na comissão de julgamentos de recursos contra auto de infração a
106 situação era pior ainda, eram mais de 2.000 processos e a prescrição se dá

107 quando um processo não se movimenta a mais de 3 (três) anos, o que fez com
108 que em 2011 ocorresse um festival de prescrições. Disse que sua intenção era
109 colocar duas comissões para julgar todos os dias, mas não colocou por falta de
110 pessoal no Naturatins e também na CIPAMA. O **Presidente Divaldo**
111 agradeceu Alexandre e passou para o próximo assunto da pauta convidando a
112 servidora da SEMADES, Beatriz, para apresentar a Minuta de decreto que
113 dispõe sobre a criação e implementação das RPPN no Estado do Tocantins. O
114 Presidente sugeriu, para dar mais praticidade, ir direto aos pontos que tem
115 alguma divergência ou sugestão. **Beatriz (SEMADES)** deu boa tarde a todos e
116 apresentou a minuta discutida na Câmara Técnica de Unidades de
117 Conservação e informou que posteriormente foi encaminhada para Câmara
118 Técnica de Assuntos Jurídicos. O Conselho aprovou a sugestão do Presidente
119 Divaldo e assim os trabalhos foram direcionados aos pontos específicos.
120 Beatriz questionou se algum Conselheiro tinha alguma observação a fazer para
121 ir direto ao artigo questionado. O Conselheiro **José Maria (MPE)** disse que
122 essa metodologia realmente agiliza o processo de discussão, destacou o artigo
123 17 e propôs uma melhoria de redação. Sugeriu a seguinte redação em sua
124 parte final: "devidamente demonstrado em parecer técnico elaborado por
125 comissão instituída para este fim." **Beatriz (SEMADES)** abriu espaço para que
126 mais alguém se manifestasse a respeito deste artigo. Não houve mais
127 manifestações e questionou se todos estavam de acordo com a proposta do
128 Conselheiro José Maria. Novamente questionou se mais alguém gostaria de
129 colocar alguma observação na minuta apresentada. O Conselheiro **Diogo**
130 **(SANEATINS)** sugeriu, no artigo 8º, XII, que trata da estimulação de ação de
131 brigadas no combate a incêndios florestais devidamente capacitadas e
132 equipadas nos municípios onde existirem RPPN e incentivar os proprietários de
133 imóveis rurais a manter estruturas adequadas para controle de sinistro. Sugeriu
134 adicionar antes de "estruturas adequadas" o termo "o PAE – Plano de Ação
135 Emergencial" para não depender só de sinistro para tomar alguma atitude.
136 Beatriz questionou se todos os Conselheiros estavam de acordo com a
137 sugestão apresentada. O Conselheiro **Sérgio (SESAU)** questionou se esse
138 Plano de Ação Emergencial é o específico ou os outros estariam dentro do
139 PAE. O Conselheiro Diogo respondeu que este é específico da área da RPPN,
140 pois cada RPPN terá sua particularidade. A convidada **Patrícia (SEAGRO)**
141 disse que essa previsão talvez esteja presente no plano de manejo, pois cada
142 RPPN terá um plano de manejo, e o Plano de Ação Emergencial é uma ação
143 dentro do Plano de Manejo, assim como as demais ações. **Beatriz**
144 **(SEMADES)** sugeriu a releitura do *caput* do artigo 8º para tentar esclarecer
145 melhor aos Conselheiros e frisou que o referido artigo está traçando os
146 objetivos. Esclareceu ainda que posteriormente o plano de manejo possa
147 contemplar a questão do PAE. O Conselheiro **José Maria (MPE)** disse que se
148 já estiver contemplado no Plano de Manejo é perfeito, mas que estimular é
149 sempre mais interessante, pois poderia fazer uma campanha, treinamento, e
150 não só estar no Plano. **Beatriz (SEMADES)** explicou ainda para a Patrícia
151 **(SEAGRO)** que o Plano de Manejo viria após a criação da unidade, portanto é
152 interessante que estivesse previsto neste ponto. E prosseguiu questionando se
153 todos estavam de acordo com a sugestão apresentada pelo Conselheiro Diogo.
154 Todos concordaram. Beatriz abriu espaço para que mais alguém se
155 manifestasse a respeito da minuta de decreto. Não houve mais manifestações
156 e Beatriz passou a palavra para o Presidente questionar a aprovação da
157 Minuta. O **Presidente Divaldo** questionou se todos aprovavam a minuta
158 proposta, com as devidas sugestões, não houve nenhuma divergência e a
159 Minuta foi aprovada pelo Conselho. O Presidente Divaldo seguiu para o

160 próximo ponto da pauta que é a apresentação do parecer da Câmara Técnica
161 de Unidades de Conservação – Áreas Prioritárias para Conservação e
162 convidou novamente a servidora Beatriz para coordenar os trabalhos. Mas
163 antes de passar a palavra para Beatriz, o Presidente fez a distribuição de um
164 *folder* contendo relatório das atividades do COEMA no ano de 2011. **Alexandre**
165 **(NATURATINS)** fez o uso da palavra para informar que esteve em audiência
166 com o presidente do IBAMA, juntamente com o pessoal da Subsecretaria da
167 Aquicultura e a Senadora Kátia Abreu, onde discutiram a questão da criação do
168 tambaqui em tanque rede no Estado do Tocantins. Segundo ele, o peixe
169 tambaqui é uma espécie da Amazônia e não uma espécie da bacia do
170 Tocantins, embora estudos indiquem que há presença dessa espécie tanto no
171 Rio Tocantins como no Rio Araguaia e a intenção foi fazer essa audiência
172 visando sensibilizar o IBAMA para que permita-se a criação do tambaqui em
173 tanque rede, principalmente porque o Governo Federal está com um programa
174 social vigoroso de implantação de taques redes, e o peixe mais comerciável,
175 com melhor rendimento, e que tem mais tecnologia para criação é o tambaqui,
176 dessa forma foi entregue um estudo científico realizado pela UFT que
177 comprova a existência do tambaqui, que defende que deve-se considerar o
178 tambaqui como espécie alóctone introduzida. Disse ainda que o que lhe
179 chamou mais atenção foi que todos os técnicos do IBAMA presentes na
180 reunião já estavam de posse da Resolução nº 26 (aprovada pelo COEMA),
181 bastante elogiada por eles e considerada umas das mais completas do país.
182 **Beatriz (SEMADES)** fez o uso da palavra, explicou todo o histórico e processo
183 para que se chegasse à Resolução aprovada e realizou a apresentação do
184 parecer da Câmara Técnica de Unidades de Conservação – Áreas Prioritárias
185 para Conservação. Após a leitura do parecer, a servidora Beatriz mostrou aos
186 Conselheiros os mapas das áreas consideradas prioritárias para criação de
187 unidades de conservação e concluiu abrindo espaço para perguntas e
188 colocações dos conselheiros. O Conselheiro **Cassius (CREA)** pediu o
189 esclarecimento a respeito do parecer técnico, pois não viu algo conclusivo no
190 mesmo, somente observações. **Beatriz (SEMADES)** esclareceu que a decisão
191 da Câmara Técnica seria apresentar qual a área que deverá ser priorizada, e
192 no item “área proposta” consta a área que a Câmara aprovou na região norte,
193 que foram as quatro áreas apresentadas nos mapas. O Conselheiro **José**
194 **Maria (MPE)** perguntou se o parecer está sendo apresentado ao conselho para
195 ser votado e obteve a resposta que sim. Prosseguiu dizendo que a iniciativa é
196 extremamente oportuna, pois as áreas não são muito grandes, mas são bem
197 significativas. Disse ainda que havia comentado com o Alexandre
198 **(NATURATINS)** que está disposto na Constituição do Tocantins, na parte das
199 disposições transitórias, no artigo 15, que desde a criação do Estado foi
200 esquecida, onde diz : “a lei instituirá o parque ecológico do encontro das águas
201 dos Rios Araguaia e Tocantins, definir seus limites, confrontações e
202 mecanismos de proteção e preservação.” E disse que seria importante resgatar
203 um estudo referente a essa área. **Alexandre (NATURATINS)** disse que a
204 sugestão do Conselheiro José Maria seria uma proposta que será
205 encaminhada para a Câmara Técnica para análise. O parecer foi aprovado
206 pelos conselheiros. O **Presidente Divaldo** disse que a solenidade ora
207 realizada tem também caráter festivo, pois estão celebrando muitos avanços na
208 área ambiental, e como uma forma simples de agradecimento foi preparado um
209 diploma para todos os conselheiros e na sequência será servido um coffee
210 break, conseguido com o apoio do Naturatins. Chamou atenção para as
211 entidades mais assíduas do COEMA que são: SEAGRO, MPE, SANEATINS,
212 CREA, SIC, SESAU, SIC, SEPLAN, UFT, FIETO, ADTUR, ATM, SEINFRA,

213 ONG e SEDUC, e para as entidades com muitas faltas são: Assembléia
214 Legislativa e IBAMA. Disse ser uma alegria muita grande ter esse grupo de
215 conselheiros trabalhando e fazendo com que o meio ambiente aconteça e
216 busque o desenvolvimento sustentável do Estado. Como forma de homenagem
217 e agradecimento, o Presidente Divaldo entregou um diploma de
218 reconhecimento pelos trabalhos desenvolvidos para cada conselheiro presente
219 com várias palmas após cada entrega. O Presidente Divaldo concluiu a entrega
220 dos diplomas e deixou a palavra livre. O Conselheiro **Sérgio (SESAU)** disse
221 que nos próximos dois anos não estará como representante da Secretaria de
222 Saúde no COEMA, mas teve a liberdade de escolher duas colegas de trabalho
223 Adriane Valadares, coordenadora da vigilância ambiental de saúde, como
224 titular e como suplente uma colega que está no programa de qualidade da
225 água para consumo humano, portanto o setor ambiental da Secretaria de
226 Saúde estará representado no conselho. O Conselheiro **Fernando (ONG)**
227 destacou em sua fala o Cadastro das Entidades Ambientalistas, sugeriu que
228 fosse feita uma reunião para discutir o critério de avaliação, quanto à questão
229 das cartas de indicação, onde foi encontrada bastante dificuldade de conseguir
230 três cartas de indicação de três ONG cadastradas no CNEA, disse considerar
231 que o referido item merece uma reavaliação, pois as entidades tiveram
232 dificuldade em se inscrever no CEATO por conta disso. Prosseguiu
233 parabenizando o presidente do Naturatins Alexandre, com relação ao FUEMA,
234 que foi extremamente importante, pois o material apresentado estava bastante
235 claro e entendível sendo democratizado para todos e considerou louvável a
236 exposição. Agradeceu ainda ao Presidente Divaldo, lembrando que tiveram
237 uma reunião tranqüila com boa receptividade e algumas das propostas feitas
238 pelas ONG já estavam presentes no planejamento da SEMADES. Finalizou
239 dizendo ser importante todas as ONG e organizações apresentar e publicizar
240 as ações, agradeceu, desejou um bom fim de ano e um feliz natal a todos. O
241 Conselheiro **Corombert (SEAGRO)** disse que o processo evolutivo pessoal de
242 participar do COEMA foi muito interessante, principalmente esse ano, pois teve
243 o prazer de assimilar muito conhecimento. Prosseguiu dizendo que as ações e
244 decisões tomadas no decorrer do ano não foram somente decisões
245 institucionais, foram também decisões de aprendizado, evolução e
246 principalmente de visão de futuro. Disse que a insistência de fortalecer os
247 Conselhos e colocar o Estado do Tocantins na vanguarda das decisões é um
248 processo que vem dessas aproximadas 60 reuniões realizadas em 2011, que
249 para ele não é ganhar ou perder, e sim evoluir, e em 2012 continuará
250 evoluindo; parabenizou o Presidente do Naturatins e equipe, por ter mostrado
251 eficiência não só em relação aos 90% de aplicação, mas em efetividade. Disse
252 que isso demonstra que o Conselho tem capacidade de colocar o Estado na
253 vanguarda da sustentabilidade, o que tanto briga na SEAGRO. Por fim desejou
254 um feliz natal a todos os presentes. **Beatriz (SEMADES)** pontuou para que
255 deixasse registrado em ata que foram aprovadas três moções pelo COEMA e
256 somente duas foram publicadas, dizendo que essa moção que não foi
257 publicada tratava da vinculação do Naturatins ao Gabinete do Governador, e
258 disse que já se sabe que foi desvinculado, que era uma pergunta que se ouve
259 o tempo todo, e era também uma dúvida sua se já havia sido publicada a nova
260 vinculação do Naturatins. Beatriz (SEMADES) recebeu a resposta que já havia
261 sido publicado que o Naturatins estava vinculado à SEMADES e agradeceu o
262 esclarecimento. A Conselheira **Ana Lídia (SECT)** disse fazer dela as palavras
263 do Conselheiro Corombert, pois aprendeu muito, fez amizade com todos,
264 ampliando os contatos e melhorando as relações (até as institucionais),
265 finalizou solicitando assento para a Fundação de Amparo a Pesquisa e se não

266 fosse possível, pelo menos colocasse uma pessoa da SECT e outra da
267 Fundação, pois considera muito importante para a instituição. O Conselheiro
268 **José Maria (MPE)** ressaltou os ganhos ambientais do ano de 2011, embora
269 achasse que as discussões do ano de 2010 foram muito ricas nas Câmaras
270 Técnicas que participou algumas das quais serão retomadas em 2012 (como a
271 do ICMS Ecológico). Para ele é sair da mera demonstração documental e a
272 retomada da discussão seria muito importante e vai trazer melhorias para o
273 Estado do Tocantins. Assegurou a participação do Ministério Público no
274 conselho e disse que está impossibilitado de estar presente pelos seus dois
275 mandatos consecutivos; mas garante estar nos bastidores junto com os
276 técnicos e se possível nas discussões das câmaras técnicas. Disse ser muito
277 significativo, pessoalmente e institucionalmente, fazer parte do COEMA,
278 embora em muitos Estados o Ministério Público se recuse a fazer parte ou
279 preferencialmente (até concorda) tenha só acento e não voto. Continuou sua
280 fala dizendo que a questão de ter direito a voto ou não, não atrapalha o
281 trabalho no MP fora do Conselho, sendo importante a participação do MP nas
282 discussões e debates, pois com isso evita-se o aumento de demandas judiciais
283 (que são demoradas\delongadas) que podem ser talvez evitadas a partir desse
284 debate inclusive com uma regulamentação mais clara dirigida a sociedade
285 como um todo e contemplando a discussão com tantos atores da sociedade;
286 agradeceu ao Presidente Divaldo, ao vice presidente Alexandre, aos
287 funcionários da SEMADES, ressaltando que o sucesso se deve muito também
288 ao trabalho da equipe da Semades e encerrou agradecendo e desejando um
289 feliz natal e ano novo a todos. **Alexandre (NATURATINS)** falou que alguns
290 pontos seriam importantes salientar como o ICMS Ecológico, dizendo que ele
291 foi concebido como apoio a descentralização da gestão ambiental e
292 efetivamente não funcionou onde todos os municípios recebem o ICMS
293 Ecológico no estado e apenas o município de Palmas tem ações de gestão
294 ambiental, portanto é uma ferramenta que não atingiu o objetivo, falou das
295 dificuldades de trazer os municípios e disse que esse assunto volta à discussão
296 e o grande desafio é torná-lo numa ferramenta para a descentralização da
297 gestão – o município tem que executar seu papel. Outro desafio para 2012
298 citado foi a discussão da adequação das normas vigentes em relação ao
299 Código Florestal aprovado no senado e já remetido a câmara dos deputados e
300 é da opinião que o Coema deva tomar pra si a responsabilidade de discussão e
301 não deixar apenas por conta do Naturatins e da Semades a adequação
302 necessária e considerou ainda muito preocupante a regulamentação do Artigo
303 23 da Constituição onde a União remeteu sua obrigação aos estados e
304 municípios e mais uma vez chama a responsabilidade do conselho pra ver
305 como vai ser articulado a situação . Alexandre continuou sua fala dizendo que
306 se considera defensor do Conselho, fala de sua participação no CONAMA, dos
307 trabalhos desenvolvidos e as dificuldades no referido conselho nacional e
308 solicitou que o Conselho Estadual delibere de forma mais ágil e que consiga
309 dar respostas, que os membros não tenham medo de entrar a fundo nas
310 questões, que a credibilidade seja elevada e que o COEMA é uma casa
311 democrática e que deve ser colocado no centro dos debates das questões
312 ligadas ao desenvolvimento do Tocantins. Solicitou a atenção do presidente
313 Divaldo para buscar a ampliação da representatividade do conselho, pois há
314 pessoas interessadas em participar da temática ambiental, uma realidade
316 diferente do que ocorria pouco tempo atrás. Citou o Código Florestal como um
317 exemplo de debate nacional, com muita repercussão e vontade de participação
318 de todos os segmentos e que no final ganha o processo democrático. Finalizou
319 desejando Bom natal e ano novo a todos. Enquanto o Alexandre

320 (NATURATINS) fazia suas pontuações, a secretária executiva Marli Santos
321 entrou na plenária logo após chegar de viagem. O **Presidente Divaldo** disse
322 que compartilharia com todos os trabalhos excepcionais feito em conjunto entre
323 SEMADES e Naturatins, que a parceria funcionou muito bem, dividindo
324 responsabilidades e dificuldades, foram juntos buscar recursos. Chamou a
325 atenção do presidente do Naturatins Alexandre dizendo que agradeceria
326 perante o conselho o apoio e os trabalhos bem realizados pela primeira vez
327 entre a secretaria e o órgão ambiental e ressaltou a importância que isso
328 representava, devendo ser uma regra. Compartilhou também com os
329 conselheiros que estava fechando o ano de forma muito positiva, apesar das
330 dificuldades, citou vários projetos em negociação movimentando montante de
331 recursos significativos em termos de oportunidades para o Tocantins nos
332 próximos anos, grande volume em pouco tempo, significando um avanço
333 importante; continuou citando como um exemplo nacional de união o PACTO –
334 plano de ação e controle das queimadas no Tocantins, com redução de 65%;
335 um diálogo e trabalhos intensos com os prefeitos, falou do comprometimento
336 da equipe da SEMADES ressaltando que valorizou os profissionais do
337 Tocantins. Agradeceu ainda a dedicação da Secretária Executiva Marli Santos,
338 que assumiu a Superintendência de Meio Ambiente numa negociação muito
339 difícil com o Ministério Público, e destacou sua dedicação e comprometimento
340 como muito importante para o Estado. Ressaltou que o Meio ambiente está
341 mudando de patamar, mudou de status, ratificando que é parte integrante do
342 desenvolvimento do Estado, que está na agenda do desenvolvimento, que a
343 SEMADES é uma das secretarias mais estratégicas e importantes nesse
344 sentido, que o conselho é força dessa secretaria e dessa política e a
345 participação do Conselho (sendo forte como foi em 2011) é uma prerrogativa
346 para que tenha o sucesso na área e apóie o governo no processo de
347 desenvolvimento sustentável como se quer. Ressaltou que está sendo mudado
348 o patamar não só no âmbito do estado, mas a nível nacional e que é uma
349 vitória de todos. Por fim agradeceu a participação de todos, desejou um Feliz
350 Natal e que 2012 será um ano que as coisas vão acontecer. **Marli Santos**
351 **(SEMADES)** solicitou a palavra, fez agradecimentos de uma forma geral,
352 destacou os trabalhos das Câmaras Técnicas, da equipe da Diretoria de
353 Unidades Colegiadas e os resultados alcançados. Em seguida passou a
354 palavra ao Presidente que **Divaldo** declarou encerrada a 8ª Reunião
355 Extraordinária do COEMA e convidou todos para participar do coffee break.
356 Desta forma, a ata uma vez aprovada pelo plenário do COEMA, será assinada
357 por mim, Ediclea Lopes Araújo, Secretária Executiva *ad hoc*, pelo Presidente
358 do COEMA e pelos demais conselheiros.


Divaldo Rezende
Presidente


Ediclea Lopes Araújo
Secretária Executiva *ad hoc*



Alexandre Tadeu de M. Rodrigues
Naturatins

João Paulo Ribeiro Filho
ATM/Araguacema

Neila Pereira dos Santos
ATM/Peixe

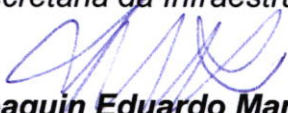
Jaime Café de Sá
Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do
Desenvolvimento Agrário


Álan Rickson Andrade
Secretaria de Ciência e Tecnologia


Roselice Ferreira Silva
Secretaria da Educação

Félix Valois Guará Bezerra
Secretaria da Indústria e do Comércio


André Carneiro de Paiva
Secretaria da Infraestrutura


Joaquim Eduardo Manchola Cifuentes
Secretaria do Planejamento

Sérgio Luís de Oliveira e Silva
Secretaria da Saúde

Anuar Jorge Amaral Cury
Procuradoria-Geral do Estado

Félix Francisco dos Santos Neto
Polícia Militar

Lúcio Flavo Adorno
Agência de Desenvolvimento Turístico

José Maria da Silva Júnior
Ministério Público Estadual

Deputado **Marcelo de Lima Lélis**
Assembléia Legislativa

Corombert Leão de Oliveira
Secretaria da Agricultura, da Pecuária e
do Desenvolvimento Agrário

Ana Lídia de Freitas Rezende
Secretaria de Ciência e Tecnologia

Maximiano Santos Bezerra
Secretaria da Educação

Vilmar Carneiro Wanderley
Secretaria da Indústria, do Comércio e do
Turismo

Ana Márcia Fernandes da Cruz Aires
Secretaria da Infraestrutura

Rodrigo Sabino Teixeira Borges
Secretaria do Planejamento


Adriane Feitosa Valadares Cavalcante
Secretaria da Saúde

Ana Flávia Ferreira Cavalcante
Procuradoria-Geral do Estado


João Batista de Souza Alves
Polícia Militar

Maria Antônia Valadares
Agência de Desenvolvimento Turístico

Bruno Machado Carneiro
Ministério Público Estadual

Deputado **Vilmar Alves de Oliveira**
Assembléia Legislativa

Joaquim Henrique Montelo Moura
IBAMA

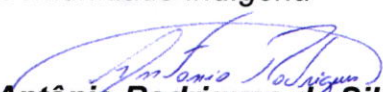
Lenine Barros da Cruz
IBAMA

Jair da Costa Oliveira filho
Comunidade Científica/UFT

Alexandre Barreto Almeida dos Santos
Comunidade Científica/Católica


Evalcy Pereira da Silva
Comunidade Indígena

Paulo André Ixati Oliveira Karajá
Comunidade Indígena


Antônio Rodrigues da Silva Neto
Saneatins

Diogo Pedreira Lima
Saneatins

Carlos Ribeiro Soares
FAET

Deusdeth Alves Glória Filho
FAET

Raimunda Nonata Nunes Rodrigues
FETAET

Manoel Barbosa Moraes
FETAET


José Roberto Fernandes
FIETO

Jairo Soares Mariano
FIETO

Magda Floripes Ferreira Fernandes
FECOMÉRCIO

Nilva Aparecida Pacheco Bezerra
FECOMÉRCIO

Rosiran Rodrigues Barros
CREA

Cassius Ferreira Gariglio
CREA


Fernando Gomes da Silva
Organização Não-Governamental/ Ecoterra

Instituições Ausentes:

Secretaria da Educação

Secretaria da Indústria e do Comércio

Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR

Procuradoria Geral do Estado

Polícia Militar do Estado do Tocantins

Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Rec. Naturais Renováveis – IBAMA

Comunidade Indígena

Federação da Agricultura do Estado do Tocantins- FAET

Federação do Comércio do Estado do Tocantins – FECOMÉRCIO